

ACESSO DA POPULAÇÃO ATENDIDA NOS SERVIÇOS UBAENSES REFERENTES À SAÚDE MENTAL NO NÍVEL SECUNDÁRIO

Matheus Costa Cabral ^{a*}

Mariana de Almeida Giffoni ^a

France Araújo Coelho ^a

Roberta Feital Xavier ^a

Ronaldo Afonso Torres ^a

Elaine Teixeira Fernandes ^a

Carlos Eduardo S. G. Cruz ^a

Bruno dos Santos Farnetano ^a

Jorge de Assis Costa ^a

Maria Augusta Coutinho de Andrade Oliveira ^a

^a Faculdade Governador Ozanam Coelho / Ubá-MG

RESUMO

O SUS é o principal responsável por prover os recursos, bem como gerir as ações referentes à saúde mental. Entretanto, alguns impasses são constantemente notados no país, estados e municípios. O objetivo deste estudo é realizar o diagnóstico situacional da saúde mental em nível secundário no município de Ubá-MG e descrever os impasses do SUS a fim de alertar para a necessidade de subsidiar políticas públicas de saúde. Trata-se de uma pesquisa de campo do tipo transversal e a metodologia de pesquisa utilizada é do tipo qualitativa. Além de uma busca de artigos científicos nos bancos de dados Scielo e BVS, foi realizada uma visita técnica ao local onde esses serviços são prestados, bem como um levantamento de dados com o profissional responsável pelo setor saúde mental da Policlínica Regional de Ubá, assim como uma entrevista com uma paciente que utiliza esse setor. Verificou-se que o sistema de saúde ubaense é marcado pela falta de profissionais psiquiatras capacitados para atender à demanda e que o processo de referênciação da atenção primária para a



ISSN: 2448-282X

secundária é lento, o que leva alguns pacientes a abandonar o tratamento.

Palavras-chave: Saúde mental. Acesso à saúde mental. Qualidade do acesso à saúde mental.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade (Barroso, 2011).

Buscando superar o chamado modelo hospitalocêntrico, com grande potencial de iatrogenia e estigmatização social, a expansão de cobertura e organização da rede psiquiátrica e a melhor qualificação e efetividade dos serviços assistenciais têm sido as estratégias de escolha nessa perspectiva (Abreu Filho; Coelho; Peres, 1999).

Assim, uma das formas de reverter a maneira como os pacientes psiquiátricos vinham sendo tratados foi a criação do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) como complementação dos serviços secundários de saúde, um método de substituição dos manicômios e hospícios por hospitais dias, que buscam como um de seus princípios básicos a reintegração desses pacientes na sociedade (Abreu Filho; Coelho; Peres, 1999).

* E-mail: matheus_c.cabral@yahoo.com.br

Porém, ainda há um longo caminho a percorrer. Os programas de residência multidisciplinar ainda são escassos, e a formação de psiquiatras aptos e vocacionados a trabalhar na rede pública de saúde mental ainda é insuficiente. Assim, é preciso construir, articuladamente com a área de Gestão do Trabalho em Saúde, um programa mais regular, consistente e de longo prazo para a formação e aperfeiçoamento das equipes (Freeman, 2005).

Desde o ano de 2002, o Ministério da Saúde desenvolve o Programa Permanente de Formação de Recursos Humanos para a Reforma Psiquiátrica, que incentiva, apoia e financia a implantação de núcleos de formação em saúde mental para a rede pública, por meio de convênios estabelecidos com a participação de instituições formadoras (especialmente universidades federais), municípios e estados. A partir de 2003, o Ministério instituiu uma estrutura organizativa mais ampla, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), para enfrentar as necessidades qualitativas e quantitativas de recursos humanos para o SUS (Freeman, 2005).

A legislação de saúde mental representa um meio importante de reforçar as metas e objetivos da política. Quando abrangente e bem concebida, uma política de saúde mental tratará questões críticas como: estabelecimento de instalações e serviços de saúde mental de alta qualidade; acesso a atenção de qualidade em saúde mental; proteção dos direitos humanos; direito dos pacientes ao tratamento; desenvolvimento de sólidas proteções processuais; integração de pessoas com transtornos mentais à comunidade; e promoção da saúde mental em toda a sociedade (Freitas, 2013).

A legislação de saúde mental ou outros mecanismos legalmente prescritos, tais como regulamentações ou declarações, podem ajudar a alcançar esses objetivos mediante a garantia de um marco legal para implementação e aplicação (Freitas, 2013).

O objetivo do presente estudo é realizar o diagnóstico situacional da saúde mental em nível secundário no município de Ubá-MG e descrever os impasses do Sistema Único de Saúde a fim de alertar para a necessidade de subsidiar políticas públicas de saúde inicialmente municipais e posteriormente nas esferas estadual e federal (Lakatos; Marconi, 2003).

METODOLOGIA

O presente estudo é do tipo transversal e a metodologia de pesquisa utilizada é do tipo qualitativa, uma vez que se preocupa com relação ao aprofundamento do tema abordado e como ele será compreendido pelas pessoas. Trata-se de uma pesquisa de campo, por ir além da observação dos fatos e fenômenos e fazer uma coleta do que ocorre na realidade pesquisada. Os dados foram analisados e interpretados com base em uma fundamentação teórica sólida com o desígnio de elucidar o problema pesquisado, analisando o problema da falta de acesso aos serviços de saúde mental no município de Ubá no nível secundário e os fatos que interferem em sua qualidade.

Foi realizada uma busca por artigos científicos para o embasamento teórico do tema, nas bases de dados Scielo e BVS, além de livros. Os descritores utilizados foram: saúde mental, acesso à saúde mental e qualidade do acesso à saúde mental.

Dentre os artigos encontrados, foram selecionados os que estavam disponíveis, em português, relacionados ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde mental e os que abordavam de uma maneira geral o tema. Foram excluídos os artigos que falavam de saúde mental nos níveis primário e terciário, os que fugiam completamente ao tema e os que não tratavam da saúde mental brasileira.

Foi realizada uma visita técnica ao local onde esses serviços são prestados, bem como um levantamento de dados com o profissional

responsável pelo setor saúde mental da Policlínica Regional de Ubá, com o propósito de verificar como o serviço vem sendo realizado. Além disso, foi realizada uma entrevista com uma paciente que utiliza o setor secundário relativo à saúde mental do Sistema Único de Saúde (SUS), com o intuito de conhecer os seus pontos de vista em relação a esse serviço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há baixa disponibilidade de profissionais psiquiatras no município, o que leva alguns pacientes a abandonar o tratamento devido à demora no atendimento, uma vez que há uma enorme demanda para uma escassa oferta.

Além do mais, a infraestrutura do local onde os atendimentos em nível secundário são prestados – Policlínica Regional de Ubá – é inadequada, agravando ainda mais esses quadros clínicos. Portanto, é de crucial relevância a realização de projetos por parte das autoridades públicas de saúde, bem como da sociedade civil como um todo, visando reverter essa realidade por meio da implementação de políticas públicas.

Outro aspecto relevante é a baixa mobilização populacional junto aos órgãos gestores quanto à realização de projetos que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do acesso a tais serviços. Assim, é necessária a realização de estudos como este a fim de alertar tanto os integrantes da administração pública como os representantes de todas as camadas sociais.

O grande problema reside no fato de que enfermidades psiquiátricas demandam tratamento imediato, uma vez que acarretam um alto risco não só para o enfermo como também para todos aqueles que convivem com eles cotidianamente.

CONCLUSÃO

O sistema de saúde ubaense é marcado pela falta de profissionais psiquiatras capacitados para atender aos pacientes acometidos por enfermidades psiquiátricas, o que culmina em uma enorme demanda para uma escassa oferta. Além do mais, o processo de referenciamento da atenção primária para a secundária é lento, o que leva alguns pacientes a abandonarem o tratamento.

REFERÊNCIAS

- A Filho NA, Coelho MTA, Peres, MFT. O conceito de saúde mental. Revista USP. Set-nov 1999; 43:100-25.
- Barroso, SM. Urbanização e acessibilidade como critérios na avaliação de serviços públicos de saúde mental. Rev. Baiana Saúde Pública. Jul-set 2011; 35(3):734-743.
- Freeman M et al. Livro de recursos da OMS sobre saúde mental, direitos humanos e legislação: cuidar sim, excluir não. OMS, 2005.
- Freitas EC, Prdanov CC. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2^a ed. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Universidade FEEVALE; 2013.
- Lakatos EM, Marconi MA. Fundamentos da metodologia científica. 5^a ed. São Paulo, Editora Atlas S.A.; 2003.
- Lucchesi M, Malik AM. Viabilidade de unidades psiquiátricas em hospitais gerais no Brasil. Rev. Saúde Pública. Fev. 2009; 43(1):161-68.
- Oliveira GL et al. Saúde mental e a continuidade do cuidado em centros de saúde de Belo Horizonte, MG. Rev. Saúde Pública. Ago. 2008; 42(4):707-716.
- Presotto RF et al. Experiências brasileiras sobre participação de usuários e familiares na pesquisa em saúde mental. Ciênc. Saúde Coletiva. Out. 2013; 18(10):2837-45.
- Weber R et al. Saúde Mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção. OMS, 2007.